

NECROLÓGIO

CARLOS DE LIMA CAVALCANTI

Faleceu no Rio de Janeiro onde residia desde alguns anos, o Dr. Carlos de Lima Cavalcanti que, no período entre a vitória da revolução de 1930 e a implantação do regime de 1937, esteve à frente do Estado, a princípio como Interventor e, depois, como Governador eleito.

Uma simples resenha do que fez a administração Lima Cavalcanti em prol de estabelecimentos que hoje integram a Universidade Federal de Pernambuco, basta para justificar o registro dessa morte em *Estudos Universitários*.

Em seus *Apontamentos para a História da Escola de Engenharia de Pernambuco*, o Prof. Newton Maia assinala que, já em 1931, quando correu o risco de se extinguir o Curso de Química Industrial mantido pela citada Escola, o então Interventor Federal possibilitou a sua continuação através de subvenções que lhe concedeu. "Não apenas nessa ocasião — diz o mesmo Professor — o Interventor Lima Cavalcanti fez jús ao título de benemérito da instituição, como ainda, mais tarde, pelo decreto 271, de 9 de fevereiro de 1934, tendo em vista a futura criação da Universidade do Recife, resolveu oficializar a Escola de Engenharia".

Medida idêntica tomara o Governo, em maio do ano anterior, com relação à Faculdade de Medicina. No entanto, depois, segundo informa Otávio de Freitas na *História da Faculdade de Medicina do Recife* — "uma disposição do Governo Federal tornando incompatíveis os lugares de professores das escolas estaduais com outra qualquer colocação federal, estadual ou municipal", deu motivo a que a própria Faculdade promovesse a revogação do decreto que a oficializara. A mesma Faculdade doara o governo Lima Cavalcanti "uma grande área de terreno no Dérbi para nêle ser edificado o seu hospital de clínicas"; não sendo possível à escola efetivar a construção, a doação ficou sem efeito.

Mas, a Escola de Engenharia, mantida a providência tomada em 1934, veio a ser transformada em instituto estadual, mediante a lei 282, de 22 de outubro de 1937.

Foi também nesse ano de 1937, às vésperas da interrupção do seu mandato pelo golpe de Estado de 10 de novembro, que o Governador Lima Cavalcanti adquiriu o prédio onde, pagando aluguel, funcionava a Escola de Belas Artes, e doou-o à Sociedade que a criara e mantinha.

Ao mesmo Governo devem-se as medidas que, assegurando a continuidade do ensino superior agrícola e veterinário em Pernambuco, quando os Padres Beneditinos não o podiam mais sustentar no Engenho Tapera, preservaram o núcleo da futura Universidade Rural. O Governador Carlos de Lima Cavalcanti comprou as duas escolas e fez construir para elas em Dois Irmãos nova sede com adequadas instalações.

Nem deve ser esquecida a criação do Instituto de Pesquisas Agrônomicas, estabelecimento de melhor nível, para o qual vieram alguns técnicos de renome internacional. Os trabalhos do Instituto visavam a dar base científica ao desenvolvimento de nossa agricultura, representando o primeiro passo de uma orientação inteiramente nova que outra administração suprimiu alegando ser excessiva para os nossos recursos a pesquisa feita com semelhante rigor.

Os estudos, realizados na mesma época, para conhecimento das condições não somente sanitárias mas biológicas em amplo sentido, do homem nordestino, tiveram repercussão no país indo da biometria à psicologia e constituindo va-

liosa contribuição às pesquisas biotipológicas. Partiram da Brigada Militar e logo se ampliaram para as escolas públicas.

Com referência ao ensino primário, cumpre ressaltar o que foi feito em matéria de educação artística — sobretudo com os orfeões escolares que rivalizavam com o movimento de Vila Lobos no Rio de Janeiro —, e com adaptação ao ambiente rural, através dos Clubes Agrícolas, sem quebra da estrutura básica. Preparando uma elite no seio do magistério primário para os cargos de responsabilidade maior, funcionava a Escola de Aperfeiçoamento, como se fôsse uma Escola Normal Superior.

O Serviço de Assistência a Psicopatas foi outro ramo administrativo que no governo Lima Cavalcanti se revestiu de grande cunho científico, fazendo-se escola de prestígio nacional.

Tais exemplos sumariamente indicados mostram como, no período entre 1930 e 1937, a administração pública adquiriu em Pernambuco um caráter todo especial, fugindo à rotina e sendo um simultâneo esforço de cultura que se juntava ao trabalho diretamente realizado no campo do ensino.

Carlos de Lima Cavalcanti assumira o governo em 4 de outubro de 1930, na qualidade de principal articulador, entre nós, do movimento revolucionário que explodiu em Pernambuco, na Paraíba, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Mas, enquanto nos outros Estados a revolução fôra organizada pelos governos locais contra a política federal, aqui possuiu caráter diferente, apontado, aliás, pelo escritor Hélio Silva, o historiador de *O Ciclo de Vargas*, ao dizer: “foi o povo pernambucano, a população do Recife guiada por menos de cem revolucionários, civis idealistas e exaltados, que marcou esse aspecto inapagável, dando a Pernambuco a glória da revolução civil e emprestando ao movimento que se alastrava, dominador, por todo o país, a participação do povo tomando armas para combater” (vol. III: 1930 — *A revolução traída*, pág. 297).

Qualquer que seja o julgamento que se possa ou deva fazer sobre a rebelião de 1930, o certo é que só em Pernambuco foi desapoiada de qualquer poder e lutou contra ambos, o federal e o estadual. E esse ímpeto vitorioso alcançou em todo o norte uma repercussão que desorganizou o equilíbrio político em que se estearia o legalismo. Foi, portanto, decisivo. Ora, toda a preparação dessa luta se fizera em torno de Carlos de Lima Cavalcanti, sobretudo depois de haver ele fundado, em 1927, o *Diário da Manhã* que era, por sua feição gráfica e por sua qualidade intelectual, um dos mais bem feitos jornais de todo o país.

Ascendendo ao poder, foi talvez o revolucionário mais intransigente na fidelidade ao idealismo anterior — e terão nascido daí muitos dos incidentes que foram numerosos em sua carreira política.

Muito se tem salientado sempre, mas principalmente, depois de sua morte, a honestidade pessoal que acabou levando-o à pobreza. Isso não o singulariza, porém, na política pernambucana, embora se tenha feito quase lenda a sua rigidez de atitudes a tal respeito. Mais característica terá sido a sua luta para que não desmerecessem os princípios inspiradores e justificadores do movimento. Foram, então, as suas qualidades pessoais que deram a Pernambuco o melhor retrato desse seu filho: o embate do ardoroso idealismo reformador com a vocação da tolerância humana. Desde o primeiro dia, procurou resguardar os vencidos contra a paixão dos vencedores. Mandou proceder a inquéritos, sim, porém jamais promoveu e aprovou perseguições.

Poucos dias depois de sua morte, um antigo prefeito de município do interior deu-me o telegrama que recebera dele, ao ser nomeado, em outubro de 1930. É um documento expressivo: “Levo ao vosso conhecimento fostes nomeado prefeito desse município. Trata-se cargo em que vos deveis ocupar exclusivamente administração, sem quaisquer preocupações partidárias ou idéias chefia política que o momento não comporta. Assim, deveis integrar-vos por completo tarefa organizar negócios municipais, pondo fim anarquia administrativa que foi herança governos passados. Ao mesmo tempo procurareis coligir elementos documentando-os quanto possível, a fim promovermos responsabili-

dades dos que desserviram política e administração regime vencido. Tocante manutenção ordem pública, deveis ser rigoroso assegurar proteção pessoas e bens dos derrotados, punindo severamente quem quer que desrespeite esta determinação emanada do governo civil e militar”.

A este espírito foi ele cada vez mais fiel durante todo o seu governo, do qual veio a ser afastado em 1937 por se ter manifestado contra o golpe de Estado.

— Luiz Delgado.